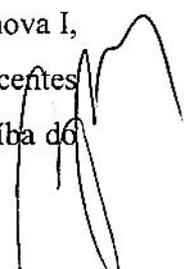


Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, Presidente Manara, deu início a plenária, cumprimenta aos presentes no auditório e os que estão participando remotamente. Faz a abertura e justifica que, uma vez que sobrepôs uma reunião com a equipe da Fundação Toyota sobre a condução do plano de gestão distrital de São Francisco Xavier, onde a conversa vai abordar o delineamento socioeconômico do programa do PGD. Presidente coloca para aprovação a ata da plenária de 25/05, encaminhada pela secretaria executiva, pergunta se alguém tem consideração a fazer e coloca para aprovação. Nenhuma manifestação contrária, ata aprovada por unanimidade. Nos informes, a participação do gerente da CETESB, Marcus Vinícius, que vai falar sobre o parecer técnico 57100668, a OAB fará um convite para um evento sobre litigância climática que ocorre amanhã e Alberto fará uma comunicação sobre o Festival Avoando São Francisco Xavier. Passa a palavra para Marcus Vinicius, que cumprimenta a todos e informa que veio dar uma posição sobre a questão do parecer técnico que a CETESB emitiu sobre a área que está sendo implantada o Oba no Urbanova. Que, houve bastante questionamento sobre a área e o juiz concedeu uma liminar para paralisar as obras, proposta pelo GAEMA. O juiz concede a liminar, para avaliar realmente se toda a documentação que foi apresentada pelo empreendedor está de acordo e atende legislações ambientais. Que a CETESB, se manifestou contra a APP existente na área. A APP do Rio Paraíba seria de 100 metros, porém, uma lei estadual de 2015, a 15.684, diz o seguinte, no parágrafo único, “Que em loteamentos, previamente aprovados, que passaram por todos os trâmites de licenciamento, seja municipal, estadual, federal, o proprietário do lote, ele teria o direito a fazer a ocupação conforme a APP à época”. No caso o Urbanova I, a APP foi aprovada com 30 metros. Na época, tinha outro tipo de entendimento e o código florestal era outro. Houve manifestação do IBAMA, na época que se manifestava sobre APP e foi estabelecido 30 metros no Urbanova I. A lei continua vigente, tem ainda um recurso, alguma coisa, mas está em discussão. Então, enquanto isso não for discutido, a lei está válida. Então, a CETESB como um órgão, licenciador, atendendo a legislação vigente no momento da emissão de qualquer documento. Que na leitura dessa lei do licenciamento do Urbanova I, não cabe no Urbanova II, que já foi aprovado com 100 metros; todos os lotes e remanescentes que não foram construídos no Urbanova I, esse seria o APP de 30 metros do Rio Paraíba do

OM



Sul. Essa é a manifestação da CETESB e da Agência Ambiental de São José dos Campos, ela é validada pelo jurídico da companhia, inclusive a aplicação desse artigo foi questionada em todo o estado, em todas as promotorias. E a CETESB de forma institucional, fez uma resposta para todo o estado, que a aplicação está de forma correta, e todas as agências no estado inteiro, são 46, elas podem aplicar até uma segunda demanda ou uma suspensão judicial. Que juridicamente, a CETESB entendeu que está de acordo a aplicação dessa lei, e todos os pareceres da CETESB, eles vão continuar saindo, no caso do Urbanova I, nessa situação de 30 metros APP, naquele trecho. Presidente agradece Marcus pelo esclarecimento, reforça que essa posição do judiciário conceder a liminar, é uma posição normal que se tenha, para evitar, é uma cautela, enquanto se discute e ocorra uma situação, já consolidada, enquanto obra. Mas há total sustentação jurídica e o Presidente aproveita para informar que, pela prefeitura, uma vez, determinado e delimitado em 30 metros a APP, a aprovação do projeto seguiu seu rito normal. Considerando o parecer da CETESB, essa definição, também na questão da supressão de árvores, acredita que não tratou a decisão judicial, mas aproveita para esclarecer novamente que foram suprimidas 28 com autorização e 80% de leucenas e Santa Bárbara. E a medida compensatória também já foi ajustada. Então, tanto na aprovação do projeto, quanto na autorização de supressão, no que cabe à prefeitura, seguiu sem nenhum tipo de conflito ou questionamento, uma vez que o projeto se apresentou hábil para aprovação. Presidente pergunta se algum conselheiro quer fazer alguma pergunta ou consideração sobre o assunto. Nenhuma manifestação agradece Marcus pelo esclarecimento. Retoma a reunião, pede que Renato Lorza, esclareça o assunto que surgiu essa semana a respeito de uma possível atividade minerária em São Francisco Xavier. Esse relato será referente a reunião de ontem no conselho gestor da APA de São Francisco Xavier. Presidente pede licença da reunião, vai entrar em outra com a Fundação Toyota e passa a palavra para o vice-presidente Jeferson dar continuidade na pauta. Jeferson agradece Presidente e cumprimenta a todos e agradece Renato Lorza, gestor da APA São Francisco Xavier, pela Fundação Florestal. Agradece a Cidinha, a gerente, Diego, o diretor regional e o doutor Rodrigo Levkovicz da diretoria executiva. Renato Lorza cumprimenta a todos os presentes e os que estão participando de forma virtual. Inicia informando que recebeu recentemente um e-mail, de uma empresa de mineração, chamada Rudolf Mining, Desenvolvimento Mineral Limitada; que recebeu a autorização de pesquisa e estão em processo de autorização para extração de minérios, derivados de alumínio, especificamente, mineração de esmeril que é um tipo de minério especial que é usado como abrasivo, em pisos, lixas e outros materiais em vários ramos da indústria. E, para que a APA se manifeste é necessário um processo interior na Fundação

2

Florestal que passa por uma avaliação do conselho consultivo da APA. Que na data de ontem, foi iniciado esse processo, que vai gerar um grupo de trabalho para subsidiar e a Fundação Florestal na montagem de uma informação técnica, para que a fundação comunique a mineradora o que é possível ou não em São Francisco Xavier. Na tela mostra o processo na Agência Nacional de Mineração, 831730 de 2005 e outro processo de 2008 que está tramitando. Para esse pedido se materializar, o empreendedor precisa de autorização da CETESB, e para entrar com o pedido na CETESB precisa de anuência do município, da unidade de conservação. No caso, tem a presença do município em uma APA estadual e de uma APA federal municipal também em São Francisco Xavier. No que se refere ao município, já tem um parecer de 2001, que já negou a possibilidade, porque a legislação municipal já proíbe qualquer tipo de mineração. E no caso da APA de São Francisco Xavier, a área pretendida está localizada bem na zona de proteção máxima da APA, onde no plano de manejo é proibido qualquer tipo de atividade minerária. Então, a resposta praticamente é da impossibilidade de ter a atividade. Entretanto, tem que ser feito um rito de informação e a fundação possa responder formalmente sobre isso. Que na data de ontem, foi só o primeiro momento para anunciar, mas já causou toda uma comoção. Oitenta e sete pessoas numa simples reunião do conselho da APA, quase 100%, unânime, a uma vontade negativa em relação a esse assunto. É um assunto que não é simples, uma atividade considerada de pequeno porte pelos parâmetros de mineração, alguns dizem pequeníssimo, mas são 30 mil m³ e pela informação que foi buscada, o ritmo é lento, em torno de 500 m³ por ano, o que significa 60 anos de exploração daquela reserva. Que a partir dos próximos dias, será mais bem estudado esse assunto, entender se na autorização tem outros minérios também autorizados ou não, buscar conhecimentos para subsidiar o melhor possível à tomada de decisão. Renato acha importante também pelo que deu para entender até agora, mesmo que um empreendedor atual, no caso, a Rudolf Mining, seja negada o seu pedido, o local de extração fica disponível para Agência Nacional de Mineração. A qualquer momento, o Ministério das Minas e Energia pode abrir nova licitação para outros empreendedores pleitearem essa área. Então, com certeza não é um assunto banal, por isso que está sendo trazido para o conselho municipal, compartilhar esse problema que, certamente, não se encerrará com a negativa que provavelmente será dada tanto pelo município, pela APA estadual quanto pela APA federal e provavelmente pela CETESB; se vier a ser formalizado um pedido. Que até o momento não tem pedido protocolado na CETESB. Na tela mostra a certidão negativa que a prefeitura já emitiu em 2021. Apresenta na tela uma carta do proprietário da área, Ricardo Militelli, da Fazenda Graminha, que contra a mineração, a



fazenda produz queijo de cabra e mel, e a fazenda é para preservação na zona de proteção máxima. Pelo fato de ser unidade de conservação, ele fez questão de ir a reunião, escreveu uma carta e deixou muito claro que a área dele é para preservação. Que já está sendo montado um pequeno grupo, e essa informação técnica será passada até sexta feira da próxima semana e encaminhada para a Fundação Florestal para emitir uma resposta. Jeferson agradece Renato pelo pronto atendimento, isso demonstra essa energia entre o conselho municipal e a Fundação Florestal diante dessa demanda. Porque o assunto não é tão simples e ser for entrar em pormenores, tem uma APA, que é Área de Proteção Ambiental, de uso sustentável, tal como a APA do Rio Paraíba, tem mineração de areia em Jacareí. Então, a possibilidade existe, numa questão de regramento e diálogo. Que é fundamental entre os órgãos competentes e a sociedade civil. Com a palavra Alberto Queiroz da Secretaria de Governança lembra que a área de Muriqui, tem um grupo na Graminha, e há outros estudos na Lavras, na verdade, é uma área que tem relevância ambiental dos dois lados, Minas e São José dos Campos. Pergunta "se a negativa da prefeitura já não é suficiente para encerrar o assunto"? Renato responde que essa situação é nova, esse assunto, vai estudar e entender melhor, é um ramo que significa advogados riquíssimos, devem ter mil estratégias, e às vezes, "um órgão estadual aceitou apesar do municipal não aceitar". Com a palavra Marcus Vinicius que informa não ter havido nenhuma consulta na CETESB sobre São Francisco Xavier, nenhum outro tipo de mineração. É um assunto que não seria nem discutido, porque é uma área totalmente protegida, uma área consolidada com o turismo, não tem um assunto de mineração, pois é totalmente inviável. Mas, é importante essa discussão como o Renato, e o Jeferson colocou bem, porque esse assunto de mineração é bem complexo. Se a lei de uso do solo do município, já proíbe e também tem as restrições das APAs, dificilmente se consegue evoluir numa discussão judicial sobre o assunto. É, perante a CETESB, se ele entra com um processo com uma certidão negativa da prefeitura, já é indeferido de cara, nem se discute o pleito. Se a prefeitura se manifesta eventualmente favorável no caso, se discute em outros níveis, como o tipo de mineração, o local, os impactos que vai causar. Um caso desses provavelmente entra um RAP, um EIA/RIMA. São vários impactos que cabe essa discussão em São Francisco Xavier e seria interessante que o proprietário da área, já solicite o bloqueio da área. Lembra que teve um caso em Jacareí e a proprietária, conseguiu o bloqueio, não lembra como foi judicialmente porque não é uma coisa muito simples. Então, acha que dentro do distrito de São Francisco Xavier deveria ter uma possibilidade, já que tem todas as legislações protetivas, tentar bloquear de alguma maneira essa questão de pesquisa. Que não é contra a mineração, acha que a mineração tem que existir, mas nos locais adequados. Coloca-

se a disposição, se precisar de algum auxílio, tem geólogos que trabalham na CETESB. Jeferson agradece Marcus, e lembra que temos o arcabouço legal do meio ambiente, que já restringe bem isso, mas também o seu lado crítico, histórico, não só do COMAM, mas como militante, que possui uma rigidez locacional quando da questão da mineração. Sabe que existem casos específicos, tal como São Francisco, que com certeza, possui outras jazidas, não só no estado de São Paulo ou quiçá no Brasil, que proporcione evitar o máximo possível, que a nossa tão bela região de São Francisco, ocorra um investimento desses. Dando seguimento a pauta Jeferson solicita que a doutora Fernanda Frois faça o convite do evento litigância climática nas ações judiciais. Com a palavra doutora Fernanda, como representante da OAB, convida a todos para participar de um evento que acontecerá amanhã no CEFÉ, para discutir mais uma vez a importância das questões climáticas, que contará com a presença de membros do Ministério Público, defensoria, representantes do INPE e do ITA. Pessoas engajadas num evento de grande magnitude e importância que acontecerá a partir da uma e meia da tarde. Jeferson agradece doutora Fernanda pelo convite, parabeniza a OAB pela iniciativa, que é muito bem-vinda o compartilhar do conhecimento e oportunidade, ainda mais essa questão tão nevrálgica que é mudanças climáticas. Retomando a pauta Jeferson justifica uma apresentação de instituições aprovadas no COMAM, e hoje seria a estreia com o IEPA; mas o representante Marcelo Godoy teve um imprevisto e teve que viajar para outro município da região. Então, reforça essa oportunidade para apresentações das instituições. Que conhecemos enquanto pessoas, mas nem sempre estamos atualizados com as ações e os projetos que estão em andamento. Até para futuramente, quem sabe, terá um grupo de trabalho de interesses, unindo a ONG que cuida disso e a universidade para apresentação de projetos; porque tem uma gama de recursos na Câmara de Compensação Ambiental, no Fundo Estadual de Meio Ambiente, no FEIDRO, no CEIVAP e muitas das vezes, deixamos passar despercebido. E, conforme o desdobramento dessa gestão, uma das propostas é o envolvimento e a sinergia das instituições. Solicita, se possível, a secretaria executiva compartilhar como que está essa questão de presença e participação dos conselheiros. Porque o regimento interno, não que isso resultará na exclusão, mas para ter um termômetro da presença e participação das representatividades. E o último informe, enquanto IEPA foi reconduzido essa semana, na eleição do conselho gestor do monumento natural Mantiqueira Paulista da Fundação Florestal, onde o Instituto Ecológico de Proteção Animal foi reconduzido por mais dois anos e o Marcelo Godoy irá representar. Passa a palavra para apresentação do Alberto Queiróz, sobre o Festival Avoando de São Francisco Xavier. Alberto agradece a oportunidade, vai apresentar sobre o Festival Avoando que aconteceu de dois a

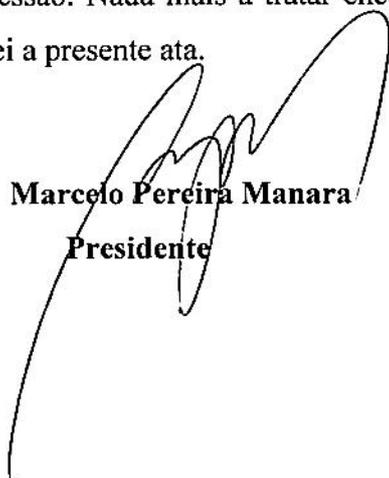
quatro de junho, um pouco da observação de aves em São Francisco Xavier. Lembra que São Francisco tem um terço da área de São José dos Campos, maior do que 370 municípios do estado de São Paulo, e 0,7% da população. Apresenta na tela a imagem e identifica a região de Monte Verde, já está se expandindo bastante e São Francisco Xavier ainda o núcleo urbano bem contido. Que a imagem é anterior à pandemia, mas ainda não mudou tanto assim e fez com que ela se preservasse mais. A Mantiqueira é uma das áreas insubstituíveis da terra, um estudo de 2013 da União Internacional pela Conservação da Natureza, analisou 173 mil áreas protegidas do mundo todo, 137 insubstituíveis, e a Serra do Mar ficaram em sétimo lugar e a Serra da Mantiqueira em oitavo lugar, ou seja, é uma explosão de biodiversidade. Há uma amplitude altimétrica significativa em São Francisco Xavier, a sede do distrito em 720 metros de altitude e o Pico do Selado em 2.082. São Francisco fica ao norte de São José, na parte mais elevada. É uma área de preservação de recursos hídricos, bastante importante, principal contribuinte do Jaguari, mais de 900 nascentes mapeadas em São Francisco Xavier. Recentemente, esse dado que veio da Fundação Toyota, 900 km lineares de cursos d'água. Na tela mostra a represa de Jaguari, a APA que ocupa 11 mil hectares, estadual e municipal, dividida em zonas. Que a zona de proteção máxima a mais elevada acima de 1.400 metros, uma fauna muito rica com importante área de aves, em termos mundiais. O trabalho se iniciou em 2018, com 220 espécies registradas, e chegou num primeiro momento em 351 espécies, fazendo uma consolidação dos dados. A observação de aves é um turismo sustentável, uma opção bem interessante. Através de conversas com a APA estadual, com a SAVE Brasil, Projeto Dacnis, o Contur, pousadas, numa roda de conversa de observação de aves em 2018 com vários desses parceiros, e em 2019, foi o primeiro Avoando. A ideia era caminhar para um turismo de observação de aves que tem um aspecto de elevar a consciência ecológica bastante forte. O primeiro festival foi feito em julho, coordenação da prefeitura com vários parceiros atuando juntos, a Fundação Florestal através da APA, SAVE Brasil e outros. Foram chamadas pessoas que se destacam no Brasil no assunto, como Fábio Olmos, sumidade em ornitologia, um dos maiores observadores de aves do mundo, Marta Argel ajudou a fazer dois guias que tem mais autoridade no Brasil, Marco Guedes, em alguns momentos, o maior observador de aves do Brasil, Thiago Costa, professor, Tietta Pivatto, Carlos Gussoni, Pedro Develey, diretor da SAVE Brasil, que ano passado foi considerada a melhor ONG ambiental do Brasil, Alecsandra Tassoni que é a coordenadora do projeto Jacutinga, Carol e Jorge de Resende, Carla Barbosa, professora, ilustradora, Vagner Camilotti e a Simone Tenório. Na época foi publicado um guia de aves, na verdade pela Empresa Alupar, com 2.500 cópias. Foi feita uma exposição de fotos no Parque Vicentina Aranha e em

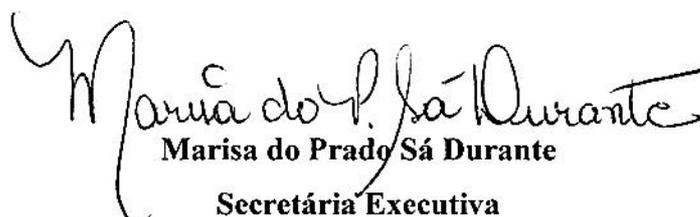
São Francisco Xavier. Que a seguir iniciou-se o trabalho com os miquis, com vários parceiros num primeiro seminário. Esse trabalho está indo para três anos com pesquisadores em São Francisco Xavier orientados pela Karen Striher dos Estados Unidos e Fabiano Melo da Universidade Federal de Viçosa. Esse trabalho se junta com a observação de aves, há essa tendência de observação de aves e observação de primatas, e São Francisco Xavier, um dos melhores lugares, talvez o melhor para observação de Miquis do Sul. Em maio de 2022, foi feito o segundo Avoando, e vieram Alex Mesquita, Alice Reisfeld da SAVE Brasil, muito ativa e coordenadora de projetos; Vagner Camilotti, Alexsandro, Pedro Develey, figura de bastante relevo, Silvia Linhares deu palestra em alguns momentos, a maior observadora de aves do Brasil, Tietta Pivatto, Edson Montilha da Fundação Florestal, falou sobre observação de miquis, e Vítor Piacentini que é o coordenador do comitê brasileiro de registros ornitológicos; deu uma palestra sobre beija-flores. Em 2023 o terceiro Avoando, que inclui um minicurso de observação de aves, houve observação com crianças e jovens. Houve observação de corujas à noite, coisa que não tinha vindo antes, oficinas, palestras do Pedro Develey. Também estiveram presentes Roberto Torrubia, falou sobre fotografia, Marta Argel, Guto Carvalho, diretor, criador e coordenador do Avistar, a maior feira da América do Sul que acontece há 16 anos, um grande marco; Samuel de Oliveira, veio falar sobre o que fazer quando se encontra um animal ferido. Foram feitas diversas saídas de observação, desse movimento que está se consolidando. Alberto informa que tinha em torno de 180 casas em Airbnb antes da pandemia, agora tem cerca de 700, e vem muita gente pra São Francisco Xavier, com altíssimo poder aquisitivo. Essa é uma movimentação que está se consolidando, que se junta com a questão dos primatas e que ajuda muito a preservação em termos de aumento da consciência da natureza. Com a palavra o conselheiro Godoy que pergunta a Alberto com relação aos miquis, se é possível estimar a população em torno de São Francisco Xavier? Alberto responde que existe a prioridade do Programa Miquis e outros primatas de São Francisco Xavier, que também tem um braço que atua com *Callithrix aurita* em São José, na zona urbana, e a prioridade não é a contagem. É feito um trabalho de coleta de fezes, estudo de DNA, estudo de percursos. Entender a movimentação dos diversos grupos. Mas, para estimar, diz ser algo entre 120 e 300 animais; confirmado com o professor Fabiano, em torno de um mês atrás, uma população bastante significativa. Lembra que foi adquirido um drone termal para monitoramento de primatas. Os pesquisadores fizeram vários levantamentos e encontraram um grupo grande na divisa com Joanópolis, próxima a Fazenda Graminha. O miqui, ele não é joseense, ele não é de São Francisco, mas é uma população bastante significativa. Com a palavra Jeferson que agradece Alberto, que isso demonstra,

conforme a pauta posta pelo Renato Losa, a importância de São Francisco Xavier, apesar de sempre questionar desde a época do Parque Nacional Alto da Mantiqueira, que foi feito um projeto desenvolvido pelo ICMBio. Então, acha que essa gestão floresta e o ser humano, é muito importante. Sugere que Vinicius do Ponto Rural venha para próxima plenária fazer uma apresentação sobre o que está sendo promovido na região rural. Retomando a pauta, agora o resultado esplêndido da programação da Semana do Meio Ambiente. Passa a palavra para Luciano, que cumprimenta e todos e no telão apresenta algumas fotos da Semana do Meio Ambiente, que acontece sempre na semana do Dia Mundial do Meio Ambiente, uma lei municipal que rege essa questão. Que a Semana do Meio Ambiente iniciou-se no dia primeiro de junho na quinta-feira com o plantio de Pomar Nativo Educativo com alunos da UNIFESP, Projeto ENACTUS, uma galera muito ativa, foi muito proveitoso a participação deles e o entendimento da proposta do Pomar Nativo Educativo e o envolvimento da comunidade. Também no dia primeiro, uma oficina de compostagem para servidores no Paço Municipal, com a participação em torno de 20 funcionários públicos, após foi feita uma visita onde está a compostagem no paço. Na sexta-feira, no dia dois de junho, a roda de conversa sobre Panes que já acontece no Parque da Cidade, junto com a Secretaria de Saúde, foi um sucesso como tem sido todos os meses. À noite na sexta-feira a palestra Manejo de Fauna no Brasil, técnicas e avanços atuais, ministrada pelo professor Fabiano Melo da Universidade Federal de Viçosa; alunos do curso de biologia e veterinária da Univap, também foi aberta a comunidade. No dia três de junho, no sábado, teve a palestra dentro do Avoando, uma proposta da SEURBS, enquanto Divisão de Educação Ambiental, para que pudesse ser feito um paralelo entre a questão das aves e o Arboriza São José. No dia quatro de junho, no domingo, o secretário Marcelo Manara, realizou um bate-papo sobre políticas públicas ambientais no Vicentina Aranha. Ele pode expor o que o município tem feito, e junto a sociedade, de uma maneira mais informal e foi muito proveitoso. No domingo à tarde, teve uma roda de conversa sobre resíduos eletroeletrônicos no Shopping Oriente, onde foi instalado um ecoponto para a coleta desse tipo de resíduos. O ecoponto instalado será permanente no local e a coleta será feita pela GM&C Logística Reversa e Reciclagem. E, no dia mundial do meio ambiente, na segunda-feira, dia cinco de junho, foi feito o plantio das árvores, em calçadas, começando esse movimento forte do plantio das cinco mil árvores previstas nesse momento pela Arboriza São José, na Avenida Aclimação no Jardim Alvorada, com a participação de membros do COMAM, alunos do Colégio Nossa Senhora Aparecida, comunidade e o prefeito. Luciano passa um vídeo do início do plantio que faz parte do Programa Arboriza, que é preciso esforço e colaboração da sociedade, porque não é uma

temática fácil, consultar a comunidade. Que consultando a comunidade, num primeiro momento, tinham apenas 8 pessoas que aceitaram, e com muito esforço, conseguiu chegar a 12 árvores para plantio na avenida Aclimação. No dia seis de junho, na terça-feira, na roda de conversa foi falado sobre a melhoria da qualidade das águas nos rios urbanos, advindos de uma perspectiva, de um olhar da educação ambiental para o programa revitalização de nascentes. Aconteceu no Rotary Club do Jardim Satélite, tendo como convidados os alunos da Escola Mercedes Klein que fica próxima, e que já está participando do programa revitalização de nascentes da Rua Lira, no Jardim Satélite. Que, olhando a partir do olhar das próprias crianças e adolescentes da escola, foi levada essa questão para a comunidade ter a melhoria da qualidade da água naquela nascente e também dos rios urbanos de forma geral. No dia seguinte teve a roda de conversa sobre Pans para servidores e uma roda de conversa aberta para a sociedade no Parque da Cidade. Luciano finaliza a apresentação, e espera que no próximo ano a programação da Semana do Meio Ambiente seja ampliada e possa ser usada a infraestrutura do Parque Vicentina Aranha. Jeferson agradece Luciano pela apresentação e passa a palavra para o doutor Teles para a definição e composição das câmaras técnicas. Com a palavra doutor Teles que inicia esclarecendo ao conselho que em 2017, houve uma revisão do regimento interno e convencionou-se que as câmaras técnicas teriam caráter temporário, não seriam permanentes. Elas são criadas para algum fim, depois são relatados para a plenária, e seriam compostas por no mínimo três membros, e no máximo, seis. Que, nesses últimos dias, a Secretária Executiva Marisa encaminhou "e-mail" a todos os conselheiros, convite para participação das câmaras técnicas. Porém, conforme pode verificar, tem mais interessados em participar do que o número de vagas. Então, seria necessário definir três participantes da sociedade civil e três do poder público para composição das câmaras técnicas. Apesar de não constar no regimento, sempre se convencionou que seria uma câmara técnica paritária, com participantes de três membros da sociedade civil e três do poder público. Sugere que a sociedade civil entre num acordo com relação à participação. Cita como exemplo, na arborização, tem quatro interessados na sociedade civil para três vagas. Que existe o desejo de participar de mais de uma câmara técnica, mas de repente pudesse abrir mão de uma das participações, para abrir vaga pra outras pessoas interessadas. Com a palavra Jeferson, sugere já que tem as questões regimentais, permanecerão em seis membros em cada câmara técnica, então, que na próxima plenária, o grupo se organize, nomeie um coordenador de cada grupo, e junto com a secretaria executiva definindo a formação final. Que na próxima plenária, que essas câmaras apresentem seu coordenador e a proposta de trabalho para esse primeiro ano. Teles faz uma

observação com relação à Câmara Técnica de Fundos Ambientais que gerencia e administra os fundos, essa câmara técnica em especial, ela é permanente. Tem uma previsão em lei, em decreto, teria que ser composta por três membros da sociedade civil e três membros do poder público. A sociedade civil, nesse caso, já está completa e se propuseram a participar o Renato Veneziani do sindicato rural, a Maria Regina da Univap e o Jeferson Rocha do IEPA. O poder público ainda precisa definir mais um participante dessa câmara técnica, que na verdade, é o conselho gestor do fundo. Nas demais, é preciso discutir a participação. Jeferson sugere o encaminhamento e prazo para a próxima plenária e a criação do grupo de "WhatsApp", de câmaras técnicas para definição dos representantes e a coordenação para a composição conforme o regimento interno. Com a palavra o munícipe Lucas Lacaz Castro Luiz da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba que diz já ter solicitado algumas vezes, um balanço oficial, das árvores. Que, tem visto várias dessas árvores que já foram cadastradas e suprimidas. Que é preocupante como estão sendo feita as podas e os números como são apresentados. Solicita o balanço das árvores que já foram cadastradas, quantas são cortadas. Jeferson agradece a participação de Lucas e levará a sugestão do balanço para o presidente e equipes responsáveis a questão do número absoluto de entrada e saída, ou seja, plantio e supressão. Nada mais a tratar encerra a presente reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.


Marcelo Pereira Manara
Presidente


Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva